



**POLÍTICA INSTITUCIONAL DE  
ACESSIBILIDADE E  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO  
FACULDADE SUPREMO  
REDENTOR – FACSUR**

**POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO  
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO  
FACULDADE SUPREMO REDENTOR – FACSUR**

**APRESENTAÇÃO**

A Política Institucional de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado da Faculdade Supremo Redentor – FACSUR constitui instrumento normativo estruturante da atuação acadêmica e administrativa voltada à garantia de acesso, permanência, participação qualificada e êxito acadêmico dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e demais necessidades educacionais específicas.

A instituição compreende que a acessibilidade, no contexto da educação superior, não se limita à eliminação de barreiras físicas, mas envolve a construção de um ambiente acadêmico integralmente inclusivo, capaz de responder, de forma técnica, pedagógica e institucional, às diferentes condições de aprendizagem, participação e desenvolvimento dos estudantes. Nesse sentido, a acessibilidade é assumida como dimensão constitutiva da qualidade acadêmica e da responsabilidade social da instituição, e não como ação complementar ou assistencial.

A presente política organiza, em nível estratégico, os fundamentos, diretrizes, mecanismos de governança e instrumentos operacionais que asseguram a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado – AEE no âmbito da FACSUR, articulando-se de forma indissociável com as políticas de ensino, permanência, inclusão, diversidade e responsabilidade social. Ao fazê-lo, estabelece condições para que a inclusão acadêmica se realize de forma efetiva, sustentada por evidências institucionais, por práticas pedagógicas qualificadas e por fluxos institucionais claros e monitoráveis.

A política reafirma o compromisso institucional com a equidade formativa, com a promoção da autonomia dos estudantes, com a eliminação de barreiras à aprendizagem e com a consolidação de uma cultura acadêmica inclusiva, orientada pelo respeito à diversidade e pela valorização das singularidades.

**FUNDAMENTAÇÃO E VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL**

A Política Institucional de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado fundamenta-se nos princípios constitucionais da dignidade da

pessoa humana, da igualdade material e do direito à educação, bem como na legislação específica que regula a inclusão e a acessibilidade, notadamente o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as normativas que orientam a avaliação da educação superior no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

No plano institucional, a política vincula-se diretamente ao Plano de Desenvolvimento Institucional da FACSUR, que estabelece como diretrizes a inclusão acadêmica, a permanência estudantil, a responsabilidade social e a promoção de práticas educacionais de qualidade, socialmente referenciadas. Essa vinculação assegura que a acessibilidade e o atendimento educacional especializado não sejam tratados como iniciativas isoladas, mas como dimensões estruturantes da identidade institucional.

A política articula-se, de forma orgânica, com os programas institucionais que compõem a estrutura de governança acadêmica e de apoio ao estudante. Destaca-se, nesse contexto, o Programa do Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico – NAP, que assume papel central na operacionalização do Atendimento Educacional Especializado, por meio de processos estruturados de acolhimento, triagem, diagnóstico educacional e acompanhamento dos estudantes . Essa atuação é complementada pelo Programa Institucional do Núcleo de Retenção, Permanência e Êxito Acadêmico – NURET, responsável pela análise da trajetória acadêmica, identificação de fatores de risco e articulação de intervenções institucionais voltadas à permanência qualificada .

A política também se vincula ao Programa Institucional de Integração Estudantil e Nivelamento Acadêmico, que atua sobre desigualdades formativas iniciais e contribui para a adaptação acadêmica dos estudantes , bem como ao Programa Institucional de Inovação Pedagógica e Metodologias Ativas, que favorece a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, centradas na aprendizagem e sensíveis à heterogeneidade discente . Complementarmente, articula-se com as políticas de infraestrutura e acessibilidade institucional, que asseguram condições físicas e tecnológicas adequadas ao pleno exercício das atividades acadêmicas.

No âmbito da governança, a política encontra suporte na atuação integrada da Diretoria Acadêmica, do Núcleo de Ensino – NUEN, do NAP, do NURET, das Coordenações de Curso e da Comissão Própria de Avaliação –

CPA, formando sistema institucional capaz de assegurar planejamento, execução, monitoramento e melhoria contínua das ações relacionadas à acessibilidade e ao atendimento educacional especializado.

### **PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA ACESSIBILIDADE E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

A política orienta-se por princípios que expressam a concepção institucional acerca da inclusão acadêmica e da equidade formativa. O princípio da dignidade da pessoa humana estabelece o reconhecimento do estudante como sujeito de direitos, titular de proteção institucional e de condições adequadas de desenvolvimento acadêmico.

O princípio da igualdade material orienta a adoção de medidas institucionais diferenciadas, capazes de compensar desigualdades e assegurar condições efetivas de participação acadêmica. A política, portanto, não se limita à oferta uniforme de oportunidades, mas busca promover equidade por meio de intervenções estruturadas.

O princípio da inclusão acadêmica plena assegura que a atuação institucional abranja não apenas o acesso, mas a permanência, o acompanhamento, o desenvolvimento e o êxito acadêmico dos estudantes, incorporando mecanismos de suporte contínuo e articulado.

O princípio da acessibilidade multidimensional reconhece que as barreiras à aprendizagem podem ser de natureza arquitetônica, pedagógica, comunicacional, digital ou atitudinal, exigindo respostas institucionais integradas e sistemáticas.

O princípio da transversalidade determina que a acessibilidade e o atendimento educacional especializado perpassam todas as dimensões da vida acadêmica, incluindo currículos, práticas pedagógicas, avaliação, gestão e interação institucional.

O princípio da corresponsabilidade institucional estabelece que a inclusão não é atribuição exclusiva de um setor, mas dever compartilhado entre gestão, núcleos acadêmicos, programas institucionais, coordenações de curso e corpo docente.

### **DIRETRIZES INSTITUCIONAIS**

A atuação institucional no âmbito da acessibilidade e do atendimento educacional especializado organiza-se a partir de diretrizes que asseguram coerência, efetividade e continuidade às ações desenvolvidas.

A primeira diretriz consiste na institucionalização do Atendimento Educacional Especializado como serviço permanente, integrado à estrutura acadêmica e vinculado ao Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico, assegurando acolhimento qualificado, análise técnica das demandas e definição de estratégias educacionais adequadas às necessidades dos estudantes.

A segunda diretriz estabelece que a identificação de demandas de acessibilidade deve ocorrer de forma ativa e contínua, por meio de múltiplos canais institucionais, incluindo autodeclaração discente, encaminhamento docente, monitoramento do NURET e atuação das coordenações de curso, evitando que barreiras à aprendizagem permaneçam invisibilizadas.

A terceira diretriz determina que toda demanda identificada seja submetida a processo institucional estruturado, composto por triagem técnica, diagnóstico educacional, definição de estratégias de intervenção, acompanhamento contínuo e avaliação dos resultados, assegurando rastreabilidade, formalização e controle institucional.

A quarta diretriz estabelece a adoção de Plano Individual de Acompanhamento – PIA como instrumento técnico obrigatório para estudantes que demandem intervenção continuada, permitindo organização sistemática das medidas pedagógicas, definição de responsabilidades institucionais e monitoramento da evolução acadêmica.

A quinta diretriz orienta a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, incentivando a flexibilização metodológica, a diversificação de instrumentos avaliativos, a utilização de tecnologias assistivas e a adoção de estratégias de ensino compatíveis com a heterogeneidade discente.

A sexta diretriz consiste na garantia de acessibilidade física, digital e comunicacional, assegurando que os espaços acadêmicos, os sistemas institucionais e os meios de comunicação estejam adequados às necessidades dos estudantes, conforme previsto na política de infraestrutura e acessibilidade institucional.

A sétima diretriz estabelece a produção contínua de evidências institucionais, permitindo monitoramento da efetividade das ações, identificação de fragilidades e aprimoramento da política com base em dados e indicadores.

### **GOVERNANÇA INSTITUCIONAL**

A governança da política estrutura-se de forma integrada, assegurando atuação coordenada das instâncias institucionais.

A Diretoria Acadêmica exerce função estratégica de supervisão e deliberação, assegurando a integração da política ao planejamento institucional e a disponibilidade de condições para sua execução.

O Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico – NAP atua como executor do Atendimento Educacional Especializado, sendo responsável pela triagem, diagnóstico educacional, elaboração dos planos de acompanhamento e monitoramento das intervenções.

O Núcleo de Retenção – NURET atua na análise da permanência e no acompanhamento de estudantes em risco acadêmico, articulando-se com o NAP para definição de estratégias de intervenção.

O Núcleo de Ensino – NUEN participa da análise pedagógica, especialmente quando as demandas indicarem necessidade de ajustes curriculares ou metodológicos.

As Coordenações de Curso atuam na implementação das medidas no âmbito acadêmico, assegurando diálogo com docentes e acompanhamento da trajetória discente.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA contribui por meio da produção de dados e indicadores que subsidiam a melhoria contínua da política.

### **FLUXO INSTITUCIONAL DE ATENDIMENTO E DO AEE**

O atendimento ao estudante com necessidade educacional específica ocorre por meio de fluxo institucional estruturado, que se inicia com a identificação da demanda por qualquer das instâncias acadêmicas ou pelo próprio estudante, sendo imediatamente encaminhada ao Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico.

No âmbito do NAP, realiza-se triagem técnica, seguida de diagnóstico educacional institucional, no qual são identificadas as barreiras à aprendizagem e as condições específicas do estudante. A partir dessa análise, são definidas as

estratégias de intervenção, formalizadas por meio do Plano Individual de Acompanhamento.

As medidas estabelecidas passam a ser implementadas em articulação com docentes, coordenações de curso e demais núcleos institucionais, assegurando coerência entre as necessidades do estudante e as práticas acadêmicas. O acompanhamento ocorre de forma contínua, com revisões periódicas e ajustes conforme a evolução do estudante.

Esse fluxo garante formalização, rastreabilidade e efetividade institucional, permitindo que todas as ações sejam registradas, monitoradas e avaliadas.

### **PLANO INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO (PIA)**

O Plano Individual de Acompanhamento constitui instrumento técnico central da política, sendo elaborado pelo NAP para os casos que demandem intervenção continuada. O plano organiza, de forma sistemática, a caracterização da necessidade educacional do estudante, a identificação de barreiras, a definição de estratégias pedagógicas, os recursos institucionais necessários, os responsáveis pela execução e os critérios de acompanhamento.

O PIA permite a individualização das ações institucionais, assegurando que a intervenção não seja genérica, mas adequada às especificidades de cada estudante, ao mesmo tempo em que fornece base objetiva para monitoramento, avaliação e tomada de decisão institucional.

### **PROTOCOLO INSTITUCIONAL DE ACESSIBILIDADE**

A política estabelece protocolo institucional que assegura que toda demanda de acessibilidade seja formalmente registrada, analisada, encaminhada, executada e monitorada, evitando respostas informais ou desarticuladas.

O protocolo prevê a abertura de registro institucional da demanda, encaminhamento ao NAP, definição de estratégias de intervenção, comunicação às instâncias envolvidas, implementação das medidas e acompanhamento contínuo, garantindo transparência, controle e qualidade das ações desenvolvidas.

### **MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA**

A política será monitorada por meio de indicadores institucionais relacionados ao atendimento de demandas, tempo de resposta, permanência

acadêmica, desempenho dos estudantes acompanhados e efetividade das intervenções.

A avaliação será conduzida com base em dados produzidos pelo NAP, pelo NURET, pelas coordenações de curso e pela CPA, permitindo análise qualitativa e quantitativa das ações desenvolvidas.

A melhoria contínua constitui elemento central da política, exigindo revisão periódica de suas diretrizes, fluxos e estratégias, à luz das evidências institucionais e das demandas acadêmicas.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

A presente Política Institucional de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado possui caráter obrigatório e transversal, devendo ser observada por todas as instâncias acadêmicas e administrativas da FACSUR.

Sua implementação reafirma o compromisso institucional com uma educação superior inclusiva, equitativa e de qualidade, assegurando condições efetivas de participação e desenvolvimento para todos os estudantes.